



Apresentação

A agricultura regenerativa propõe recuperar os recursos naturais essenciais para a produção agrícola, fundamentando-se nos processos ecológicos. As práticas adotadas na agricultura regenerativa promovem efeitos benéficos sobre a saúde do solo, a biodiversidade presente nos agroecossistemas e o manejo dos recursos hídricos. Em conjunto, esses efeitos podem, ao longo do tempo, reduzir os custos de produção e aumentar a produtividade das propriedades rurais.

O Brasil é referência na agricultura tropical, superando desafios que países de clima temperado não enfrentam. Assim, foram desenvolvidas ou adaptadas tecnologias voltadas à realidade do País. Embora o conceito de agricultura regenerativa exista há cerca de 40 anos, o debate sobre a adoção de práticas regenerativas na agricultura brasileira ainda é recente. No entanto, algumas destas práticas ou tecnologias já são empregadas, como o Sistema Plantio Direto (SPD), a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), o uso de plantas de cobertura, o Manejo Integrado de Pragas (MIP) e o Manejo Integrado de Doenças (MID). Portanto, é plenamente viável adotar ou adaptar outras práticas regenerativas ao contexto brasileiro.

Esta edição do Informe Agropecuário apresenta os conceitos da agricultura regenerativa e aborda os impactos da adoção de práticas regenerativas sobre o solo, o manejo da água, a biodiversidade, a mitigação das mudanças climáticas e a mensuração de seus benefícios. Além disso, são apresentadas iniciativas conduzidas por instituições públicas e privadas no âmbito da agricultura regenerativa. Espera-se que esta publicação contribua para a adoção dessas práticas no campo e sirva de inspiração para o debate sobre formas de produzir alimentos mais sustentáveis no Brasil.

Ítalo dos Santos Faria Marcossi
Juliana Maria Oliveira

Informe Agropecuário

Uma publicação da EPAMIG

v. 47, n. 333, 2026

Belo Horizonte, MG

Sumário

EDITORIAL	3
ENTREVISTA	4
Agricultura regenerativa no Brasil Ítalo dos Santos Faria Marcossi, Gleice Ane de Souza Gonçalves, Laura Mayumi Miguel, Juliana Maria de Oliveira	7
Solo na agricultura regenerativa: práticas, benefícios e desafios Raphael Bragança Alves Fernandes, Paulo Roberto da Rocha Junior, Fábio Ribeiro Pires, Rafael da Silva Teixeira	20
Boas Práticas no uso da água em sistemas agrícolas regenerativos: abordagem sistêmica para resiliência hídrica e produtividade Maurício Novaes Souza, Thiara Azevedo Pancotto, Márcio Menegussi Menon, Sandra Regina dos Santos Moreira de Oliveira, Roberta Cunha Vieira, Flávia Muniz	33
Tecnologias empregadas na agricultura regenerativa Ramon Ivo Soares Avelar, Fábio Oseias dos Reis Silva, Charles Cardoso Santana, Ana Flávia de Freitas, Thiago Furtado de Oliveira, Lucas de Arruda Viana, André Luiz de Carvalho, Fernando Moisés Alves Soares	45
Aplicação de Modelos de Nicho Ecológico na agricultura regenerativa para mitigação das emergências climáticas Adriene Caldeira Batista, Débora Sampaio Mendes, Fernanda de Aguiar Coelho, George Corrêa Amaro, Josiane Costa Maciel, Vanessa Gonçalves do Nascimento, Ruan Carlos de Mesquita Oliveira, Ricardo Siqueira da Silva	55
Benefícios da agricultura regenerativa sobre os serviços ecossistêmicos Gleice Ane de Souza Gonçalves, Antonio Henrique de Souza, Laura Mayumi Miguel, Lucas Juan Barbosa Soares, Juliana Maria de Oliveira, Pedro Henrique Brum Togni, Ítalo dos Santos Faria Marcossi	62
Controle biológico para a cafeicultura regenerativa Madelaine Venzon, Douglas da Silva Ferreira, Elem Fialho Martins, Filipe Schitini Salgado, Jéssica Letícia Abreu Martins, Kárenn Christiny Pereira Santos	73
Projeto Regenera Cerrado: validando práticas e integrando conhecimentos para uma agricultura sustentável no bioma Cerrado Eliana Maria Gouveia Fontes, Priscila Terrazzan Callegari, Marion Kompier.....	84
Certificação e sustentabilidade no agronegócio: Programa Certifica Minas e agricultura regenerativa Paula Braga Batista, Leandro Patrício Lima, Rogério Carvalho Fernandes, André Almeida Santos Duch	91

ISSN 0100-3364

Informe Agropecuário	Belo Horizonte	v. 47	n. 333	p. 1-100	2026
----------------------	----------------	-------	--------	----------	------

© 1977 Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG)

ISSN 0100-3364

INPI: 006505007

Informe Agropecuário. Agricultura regenerativa, v.47, n.333, 2026

CONSELHO DE PUBLICAÇÕES E INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA

Nilda de Fátima Ferreira Soares

Trazilbo José de Paula Júnior

Polyanna Mara de Oliveira

Fabriziano Chaves Amaral

COMISSÃO EDITORIAL DE PUBLICAÇÕES E INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA

Trazilbo José de Paula Júnior

Polyanna Mara de Oliveira

Fabriziano Chaves Amaral

Marcelo Abreu Lanza

EDITORES-TÉCNICOS

Ítalo dos Santos Faria Marcossi e Juliana Maria

Oliveira (EPAMIG Centro-Oeste)

CONSULTOR-TÉCNICO

Marcelo Abreu Lanza (EPAMIG Centro-Oeste)

PRODUÇÃO

DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA

EDITOR-CHEFE

Fabriziano Chaves Amaral

DIVISÃO DE PRODUÇÃO EDITORIAL

Ângela Batista P. Carvalho

REVISÃO LINGÜÍSTICA E GRÁFICA

Rosely A. R. Battista Pereira e Maria Luíza Almeida Dias Trotta

NORMALIZAÇÃO

Fátima Rocha Gomes, Dorotéia Rezende de Moraes e

Maria Lúcia de Melo Silveira

ENTREVISTA

Apoio: *Mariana Vilela Penaforte de Assis*

Jornalista da ASCOM

PRODUÇÃO E ARTE

Diagramação/formatação: *Ângela Batista P. Carvalho e*

Débora Silva Nigri

Capa: *Ângela Batista P. Carvalho*

Foto: Wanderson Manenti - Grupo Kompier
(Montividiu, GO)

Contato - Produção da revista

(31) 2120-1634 - dpit@epamig.br

Impressão: *Avohai Eventos Ltda.*

Circulação: *agosto 2026*

Informe Agropecuário é uma publicação trimestral da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG)

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida por qualquer meio, sem a prévia autorização do editor. Todos os direitos são reservados à EPAMIG.

O conteúdo dos artigos é de inteira responsabilidade de seus autores.

Os nomes comerciais apresentados nesta revista são citados apenas para conveniência do leitor, não havendo preferências, por parte da EPAMIG, por este ou aquele produto comercial. A citação de termos técnicos seguiu a nomenclatura proposta pelos autores de cada artigo.

O prazo para divulgação de errata expira seis meses após a data de publicação da edição.

AQUISIÇÃO DE EXEMPLARES

Livraria EPAMIG

Av. José Cândido da Silveira, 1.647 - União

31170-495 Belo Horizonte - MG

www.livrariaepamig.com.br; www.epamig.br

(31) 2120-1636 - livraria@epamig.br

CNPJ (MF) 17.138.140/0001-23 - Insc. Est.: 062.150146.0047

DIFUSÃO INTERINSTITUCIONAL

Dorotéia Rezende de Moraes e Maria Lúcia de Melo Silveira

Biblioteca Professor Octávio de Almeida Drumond

(31) 2120-1635 - biblioteca@epamig.br

EPAMIG Sede

Informe Agropecuário. - v.3, n.25 - (jan. 1977) - . - Belo Horizonte: EPAMIG, 1977 - .
v.: il.

Bimestral - até 2017, Trimestral - a partir de 2018
Cont.de Informe Agropecuário: conjuntura e estatística. - v.1, n.1 - (abr.1975).
ISSN 0100-3364

1. Agropecuária - Periódico. 2. Agropecuária - Aspecto Econômico. I. EPAMIG.

CDD 630.5

O Informe Agropecuário é indexado na
AGROBASE, CAB INTERNATIONAL e AGRIS

Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Agricultura,
Pecuária e Abastecimento
EPAMIG

Governo do Estado de Minas Gerais
Mateus Simões de Almeida
Governador

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Thales Almeida Pereira Fernandes
Secretário



Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais

Conselho de Administração

Nairam Félix de Barros
Presidente
Afonso Maria Rocha
Gladyston Rodrigues Carvalho
Julian Silva Carvalho
Maria Laura Marinho Vidigal
Silvana Maria Novais Ferreira Ribeiro

Conselho Fiscal

Camila Pereira de Oliveira Ribeiro
Presidente
Ana Costa Rego
Francisco Antônio de Arruda Pinto

Suplentes

Erika Xavier Antônio
Janaína Gomes da Silva
Warley Wanderson do Couto

Presidência

Nilda de Fátima Ferreira Soares

Diretoria de Pesquisa e Inovação

Trazilbo José de Paula Júnior

Diretoria de Administração e Finanças

Leonardo Brumano Kalil

Gabinete da Presidência

Thales Santos Terra

Assessoria de Comunicação

Fernanda Nívea Marques Fabrino

Assessoria de Governança e Estratégia

Luciana Pereira Junqueira Simão

Assessoria de Negócios Agropecuários

Clenderson Corradi de Mattos Gonçalves

Assessoria de Tecnologia da Informação

Andreza Pereira Fernandes

Assessoria Jurídica

Madson Alves de Oliveira Ferreira

Auditoria Interna

Adriana Valadares Caiafa

Departamento de Administração

Mauro Lúcio de Resende

Departamento de Contratos, Convênios e Orçamento

Maicon Junior Xavier

Departamento de Gestão de Pessoas

Marcelo Ribeiro Gonçalves

Departamento de Gestão e Finanças

Polliette Alcileia Leite

Departamento de Informação Tecnológica

Fabriciano Chaves Amaral

Departamento de Pesquisa

Polyanna Mara de Oliveira

Instituto de Laticínios Cândido Tostes

Luiz Carlos Gonçalves Costa Júnior

Instituto Tecnológico de Agropecuária de Pitangui

Frederico José Vieira Passos

EPAMIG Centro-Oeste

Márcio de Souza Bastos e Felipe Lopes Pena

EPAMIG Norte

Leidy Darmony de Almeida Rufino e Sávio Francisco Dias

EPAMIG Oeste

Fernando Oliveira Franco e Irenilda de Almeida

EPAMIG Sudeste

Francisco Carlos de Oliveira e Luciano Luis Jacob

EPAMIG Sul

Vânia Aparecida Silva e Leandro Sérgio da Rocha

Agricultura regenerativa como novo modelo de produção agrícola

O modelo tradicional de produção de alimentos gerou impactos significativos sobre o uso da terra e contribuiu para as mudanças climáticas em escala global. Nesse contexto, o desenvolvimento de modelos mais sustentáveis, como a agricultura regenerativa, faz-se necessário para reduzir os efeitos prejudiciais desencadeados pelas práticas tradicionais.

A agricultura regenerativa propõe ir além da sustentabilidade, uma vez que suas práticas podem restabelecer processos ecológicos nos agroecossistemas. Espera-se, por exemplo, que a adoção de tais práticas reduza a dependência de insumos agrícolas sintéticos, como fertilizantes e pesticidas, que têm contribuído para a perda da biodiversidade.

A EPAMIG desenvolve, há alguns anos, pesquisas no contexto da agricultura regenerativa, com destaque para a cafeicultura, atividade de grande importância para o estado de Minas Gerais. Os estudos sobre cafeicultura regenerativa têm despertado atenção internacional, especialmente em razão do desenvolvimento de tecnologias como corredores ecológicos, coberturas verdes, Sistemas Agroflorestais (SAFs) e manejo de plantas espontâneas, que ampliam os serviços ecossistêmicos.

Esta edição do Informe Agropecuário aborda conceitos da agricultura regenerativa, enfatizando como as práticas e tecnologias deste modelo afetam positivamente o solo, a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos. Também são discutidas ações, sob a perspectiva da sociedade e do governo, que podem contribuir para a adoção da agricultura regenerativa no Brasil.

Nilda de Fátima Ferreira Soares
Diretora-Presidente da EPAMIG

Agricultura regenerativa no Brasil



Paulo Roberto da Rocha Junior é engenheiro-agrônomo, mestre e doutor em Produção Vegetal e Solos pela Universidade Federal do Espírito Santo - Centro de Ciências Agrárias (Ufes-CCA) e University of Illinois em Urbana-Champaign, EUA, com atuação nas áreas de agricultura regenerativa, sustentabilidade, mudanças climáticas e gestão agrícola. Atualmente é Chefe de Agricultura Regenerativa na Peterson Solutions, liderando o desenvolvimento e a implementação de programas de agricultura regenerativa para empresas do setor de alimentos, bebidas, commodities e instituições financeiras. Com mais de uma década de experiência, atua na estruturação de estratégias, protocolos e sistemas de monitoramento direcionados à descarbonização de cadeias agrícolas, saúde do solo, biodiversidade, recursos hídricos e indicadores Environmental, Social, and Governance (ESG). Também participa de iniciativas internacionais voltadas ao desenvolvimento de padrões e metodologias para agricultura regenerativa, colaborando com empresas, instituições de pesquisa e organizações do setor agroalimentar.

IA - Como você avalia o cenário atual da agricultura regenerativa no Brasil e quais são as perspectivas para o futuro?

Paulo Roberto da Rocha Junior - Vejo um crescimento significativo da agricultura regenerativa no Brasil. Cada vez mais, empresas e agricultores têm incorporado o tema em suas estratégias, buscando implementar Boas Práticas Agrícolas (BPA) e, ao mesmo tempo, comunicar esses avanços de forma clara aos diferentes públicos. Embora a agricultura regenerativa não seja um conceito novo, afinal seus princípios estão fundamentados no manejo e na conservação do solo, práticas amplamente conhecidas pela agronomia há décadas, o fortalecimento da marca e do conceito tem desempenhado papel importante, e ajudado a traduzir uma linguagem pre-

dominantemente científica para uma comunicação mais acessível ao mercado, facilitando sua compreensão e adoção. Esse movimento tem atraído o setor corporativo, que passou a utilizar a agricultura regenerativa como um elo entre a produção no campo e suas estratégias de sustentabilidade. O conceito conecta-se diretamente a temas como a descarbonização das cadeias produtivas, a conservação da biodiversidade, a melhoria da qualidade e da disponibilidade de água, o aumento da infiltração e retenção hídrica no solo e o fortalecimento da resiliência dos sistemas agrícolas diante das mudanças climáticas.

IA - Dentro desse modelo, por que o solo é considerado central?

Paulo Roberto da Rocha Junior - Desde o primeiro período da facul-

dade de Agronomia, aprendi que o solo é a base da agricultura e, consequentemente, da nossa própria sobrevivência. É no solo que ocorrem diversos processos essenciais para o desenvolvimento das plantas. A agricultura regenerativa tem como um de seus principais objetivos regenerar os solos, tornando-os saudáveis. Solos saudáveis são os que mantêm suas funções físicas, químicas e biológicas, sustentando a produtividade agrícola, a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos ao longo do tempo. Um solo saudável é capaz de produzir alimentos de forma mais eficiente, resiliente e com menor dependência de insumos externos. O aumento da matéria orgânica (MO), da atividade biológica, da infiltração e retenção de água e da disponibilidade de nutrientes cria um ambiente mais favorável

ao desenvolvimento das plantas e da biodiversidade do solo. Práticas convencionais, como o preparo excessivo do solo, a baixa cobertura vegetal e o uso intensivo de insumos químicos, podem acelerar processos de degradação, como erosão, perda de MO, redução da biodiversidade do solo e aumento das emissões de carbono. Como consequência, os sistemas produtivos tornam-se menos resilientes, mais dependentes de fertilizantes e defensivos, apresentam custos de produção mais elevados e ficam mais vulneráveis aos eventos climáticos extremos. A agricultura regenerativa busca exatamente o caminho oposto: reconstruir a saúde do solo para que volte a desempenhar plenamente suas funções naturais, promovendo produtividade, rentabilidade, conservação ambiental e maior segurança para a produção agrícola no longo prazo.

IA - *Quais são os principais desafios enfrentados pelos produtores, especialmente os pequenos, na transição para sistemas regenerativos?*

Paulo Roberto da Rocha Junior - O primeiro desafio é a mudança de paradigma. Precisamos mostrar aos técnicos e produtores que, embora o conceito de agricultura regenerativa seja relativamente novo, muitas de suas práticas não são. Tais práticas já foram amplamente estudadas e validadas por instituições de pesquisa como a EPAMIG, a Universidade Federal de Viçosa (UFV), a Universidade Federal de Lavras (Ufla), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), dentre outras. Também é fundamental considerar o contexto local. Não existe uma prática ou um indicador que funcione da mesma forma para todas as culturas, propriedades ou regiões. O que existe é um conjunto de Boas Práticas e indicadores que deve ser adaptado às diferentes realidades, sempre com o objetivo de aumentar a produtividade ou reduzir custos, ao mesmo tempo em que promove a saúde do solo e os serviços ecossistêmicos relacionados com a água, a biodi-

versidade e o carbono. Outro grande desafio é definir quem paga a conta da transição. Desde 2017, trabalho com o termo agricultura regenerativa, e a principal lição que aprendi é que não faz sentido transferir todo o custo desta transformação para o produtor rural. Se todos os elos da cadeia beneficiam-se de uma agricultura de baixo carbono, de solos mais saudáveis e de sistemas mais resilientes, todos precisam contribuir para essa transição, produtores, cooperativas e *tradings*, indústrias de alimentos e bebidas, instituições financeiras e, em alguma medida, os próprios consumidores. Nesse sentido, já se pode ver avanços importantes. Instituições financeiras têm desenvolvido linhas de crédito específicas para apoiar produtores na adoção de BPA. Ao mesmo tempo, muitas empresas já financiam total ou parcialmente a implementação dessas práticas em suas cadeias de fornecimento e, em alguns casos, também remuneram os produtores pelos resultados ambientais alcançados, como a redução das emissões ou o aumento do sequestro de carbono. Por fim, destaco a importância da capacitação. O Brasil possui alguns dos melhores profissionais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) do mundo. Investir em capacitação contínua é fundamental para integrar o conhecimento às excelentes bases agronômicas e acelerar a adoção de sistemas regenerativos no campo.

IA - *Quais benefícios econômicos o produtor pode esperar ao adotar práticas de agricultura regenerativa no médio e longo prazo?*

Paulo Roberto da Rocha Junior - Os principais benefícios econômicos estão relacionados com a redução dos custos de produção e, consequentemente, com o aumento da margem do produtor, à medida que o sistema torna-se mais eficiente e menos dependente de insumos externos. Outro benefício importante é o aumento da resiliência do sistema agrícola. Solos mais saudáveis retêm mais água, apresentam maior estabi-

lidade produtiva e reduzem os riscos associados a eventos climáticos extremos, funcionando como uma espécie de “seguro agrícola” natural. Além disso, cresce a oportunidade de geração de receitas por meio dos serviços ambientais, como mercados de carbono, programas de conservação da biodiversidade e iniciativas de pagamento por serviços ecossistêmicos, que tendem a ganhar cada vez mais relevância nos próximos anos. A agricultura regenerativa deve ser vista como um investimento de médio e longo prazo.

IA - *Quais indicadores ou métricas você considera essenciais para avaliar, de forma confiável, se um sistema agrícola está de fato tornando-se regenerativo?*

Paulo Roberto da Rocha Junior - Os primeiros indicadores devem ser os econômicos, como produtividade, custos de produção e margem. Não adianta falar de sustentabilidade se a atividade não for economicamente viável. O produtor precisa permanecer no campo e ter rentabilidade para conseguir investir na melhoria contínua do sistema. Em seguida, é importante avaliar indicadores relacionados com a saúde do solo, a eficiência do uso de insumos, a água, a biodiversidade e o clima. Acredito que o grande desafio não seja definir quais indicadores medir, e sim selecionar os que fazem sentido para o contexto de cada propriedade, cultura e região. Hoje já existem iniciativas bastante consolidadas que ajudam essa definição. Um exemplo é o *SAI Regenerating Together Framework*, que organiza os indicadores em quatro grandes áreas de impacto: saúde do solo, manejo agronômico e eficiência de insumos, biodiversidade e clima. No Brasil, também merece destaque o Protocolo Padrão de Agricultura Regenerativa Sustentável (PARS), desenvolvido por instituições como a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a Embrapa e a Universidade de São Paulo (USP), que propõe uma metodologia para avaliar o nível de transi-

ção das propriedades por meio de uma abordagem multicritério. O mais importante é demonstrar uma evolução consistente ao longo do tempo, tanto nos indicadores econômicos quanto nos ambientais, evidenciando que as práticas adotadas estão tornando o sistema mais produtivo, resiliente e sustentável.

IA - Como você avalia a atual fase das iniciativas de certificação em agricultura regenerativa?

Paulo Roberto da Rocha Junior - As iniciativas de certificação em agricultura regenerativa ainda estão em fase de consolidação. Hoje, os principais referenciais do mercado são o *Regenagri*, o *Regenerative Organic Certified* (ROC) e, mais recentemente, a *Rainforest Alliance*, que passou a incorporar critérios relacionados com a agricultura regenerativa em seu *framework*. Ao mesmo tempo, tenho observado uma tendência crescente de grandes empresas desenvolverem seus próprios programas. Esse modelo oferece maior controle sobre os dados, mais flexibilidade para adaptar os indicadores às diferentes cadeias produtivas e, muitas vezes, redução de custos. Quando há necessidade de comunicar resultados ao mercado, essas empresas costumam recorrer à verificação por segunda parte, ao invés de uma certificação completa. Na minha visão, a certificação faz sentido quando existe uma demanda clara de mercado, como uma exigência de clientes compradores, ou quando a empresa precisa organizar e dar credibilidade ao seu programa de sustentabilidade.

IA - Existe risco de a agricultura regenerativa tornar-se apenas um “rótulo” de mercado? Como garantir que as práticas adotadas realmente causem regeneração dos agroecossistemas?

Paulo Roberto da Rocha Junior - Acho que esse risco é cada vez menor. Hoje já não basta dizer que uma área é regenerativa; é preciso demonstrar, com evidências, que as práticas vêm sendo implementadas e que os resultados estão sendo alcançados. Atualmente, existem duas principais abordagens para implementar e monitorar programas de agricultura regenerativa. A primeira abordagem é com base na adoção de práticas agrícolas. Neste modelo, define-se um conjunto de Boas Práticas e verifica-se se estas estão sendo efetivamente implementadas. É uma abordagem mais simples, de menor custo e mais fácil de escalar, permitindo que empresas comuniquem a adoção de práticas regenerativas em grandes áreas. No entanto, esta abordagem não permite quantificar, com o mesmo nível de robustez, benefícios específicos como sequestro de carbono, conservação da biodiversidade ou melhoria dos recursos hídricos. A segunda abordagem baseia-se na melhoria de indicadores. Neste caso, são selecionados indicadores de acordo com o contexto local, estabelece-se uma linha de base, implementam-se as práticas e monitora-se a evolução desses indicadores ao longo do tempo. Embora seja uma abordagem mais cara, esta gera evidências muito mais robustas e permite comprovar resultados relacionados com o carbono, a água, a biodiversidade, a saúde do solo e a outros serviços ecossistêmicos. Além disso, o próprio mercado vem exigindo maior transparência. Um exemplo é a nova regulamentação da União Europeia, conhecida como *Empowering Consumers for the Green Transition* (EmpCo), que restringe alegações ambientais sem comprovação técnica. Este tipo de iniciativa tende a reduzir o espaço para o chamado *greenwashing* e *greenwashing*¹, e incentiva programas com base em evi-

dências. Por isso, acredito que a agricultura regenerativa dificilmente se tornará apenas um rótulo. O que garante sua credibilidade é a combinação entre Boas Práticas, monitoramento consistente e melhoria contínua dos indicadores.

IA - Como você enxerga o potencial da agricultura regenerativa como estratégia para enfrentar as mudanças climáticas?

Paulo Roberto da Rocha Junior - Acredito que este seja justamente um dos principais fatores que explicam o crescimento da agricultura regenerativa nos últimos anos. Praticamente todas as grandes corporações possuem metas de descarbonização e compromissos relacionados com a conservação da água, a biodiversidade e a saúde do solo, seja por exigências regulatórias, por compromissos voluntários com investidores e acionistas, ou para atender mercados mais exigentes, como o europeu. A adoção de BPA pode reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE), aumentar o sequestro de carbono no solo e na biomassa, além de melhorar a eficiência no uso de insumos e tornar os sistemas produtivos mais resilientes às mudanças climáticas. Por isso, vejo a agricultura regenerativa como uma das principais estratégias para apoiar a descarbonização das cadeias agroalimentares. Mais do que uma ferramenta de mitigação das mudanças climáticas, essa também fortalece a capacidade de adaptação da agricultura, contribuindo para sistemas produtivos mais resilientes, competitivos e sustentáveis no longo prazo. Acredito que a agricultura regenerativa deixou de ser apenas uma agenda ambiental e passou a ser uma estratégia de negócio para empresas e de competitividade para o produtor rural.

■ Por Mariana Vilela Penaforte de Assis

¹*Greenwashing* ocorre quando uma empresa exagera, distorce ou faz alegações enganosas sobre resultados ambientais já alcançados, buscando transmitir uma imagem mais sustentável do que realmente é. Já o *Greenwashing* refere-se à definição de metas ou promessas ambientais futuras sem um plano consistente, recursos ou capacidade demonstrada para concretizá-las.